



LÓGICAS HABITACIONAIS NO PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA EM DOURADOS/MS

Pamela de Lima Brambilla ¹

RESUMO

A estruturação e, portanto, a reestruturação do espaço urbano que decorre da complexificação do capitalismo é tema e objeto de estudo da redefinição da cidade, como forma, e da urbanização, como processo. À medida que o espaço é produzido, novos sentidos para a cidade são atribuídos, seguindo o interesse dos atores sociais e agentes econômicos envolvidos no processo de produção do espaço urbano. O presente artigo analisa, a partir da perspectiva da habitação, os processos complexos e societais da expansão urbana que levam à produção de uma cidade desigual e diferenciada socioespacialmente, cujo marco de reestruturação dá-se pela sobreposição da lógica centro-periferia pela fractal. É estudado o município de Dourados, no Mato Grosso do Sul, cuja associação de forças entre os agentes hegemônicos públicos e privados, que, através da extensiva expansão urbana e da produção habitacional, acentuam o processo de dispersão urbana.

Palavras-chave: Expansão urbana, Dispersão urbana, Produção do espaço, Habitação.

RESUMEN

La estructuración y, por lo tanto, la reestructuración del espacio urbano que resulta de la complejización del capitalismo es tema y objeto de estudio de la redefinición de la ciudad, como forma, y de la urbanización, como proceso. A medida que el espacio es producido, se asignan nuevos significados a la ciudad, siguiendo los intereses de los actores y agentes sociales. Este artículo analiza, desde la perspectiva de la vivienda, los procesos complejos y societales de la expansión urbana que repercuten en la producción de una ciudad desigual y socioespacialmente diferenciada, cuyo punto de reestructuración se encuentra en la superposición de la lógica centro-periferia hacia una lógica fractal. Se estudia el contexto del municipio de Dourados, en el estado de Mato Grosso do Sul, cuya asociación de fuerzas entre los actores hegemónicos públicos y privados, a través de la expansión urbana extensiva y la producción de viviendas, contribuyen al proceso de dispersión urbana.

Palabras clave: Expansión urbana, Dispersión urbana, Producción del espacio, Vivienda.

INTRODUÇÃO

O histórico de formação das cidades é dinâmico e se constitui de processos que ora se confluem, ora se sobrepõem, à medida que perpassam distintos contextos econômicos e sociais.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Campus de Presidente Prudente – FCT/UNESP, pamela.brambilla@unesp.br.

Chorley (1971) atribui importância à compreensão dos processos de expansão urbana e reorganização do uso do solo para compreensão das dinâmicas que configuram a cidade. Dessa forma, é pretendido neste artigo², analisar as ações e as estratégias de produção e expansão urbana desenvolvidas pelos que produzem o espaço urbano (CORRÊA, 1993), com ênfase na perspectiva da produção habitacional, com destaque para os promotores imobiliários e o Estado, e suas correlações de forças, que ora se aliam, ora se conflituam, contribuindo para a produção de um espaço urbano disperso.

O trabalho viabilizou-se através da pesquisa bibliográfica em repositórios nacionais e internacionais sobre os temas a que se referem a pesquisa, além do levantamento e leitura das legislações sobre o planejamento urbano municipal, em especial do Plano Diretor e Leis Complementares sobre alteração do perímetro urbano. Utilizamos da síntese e representação visual e cartográfica para melhor discussão dos resultados. Propõe-se uma contribuição empírica para os estudos sobre a urbanização dispersa e desigual que apontam para as lógicas fragmentárias em curso, enquanto um “[...] conceito para a interpretação de um novo arranjo socioespacial das cidades” (LEGROUX, 2021: 239).

O recorte territorial, município de Dourados, situado no Mato Grosso do Sul, apresenta-se como objeto de estudo em decorrência do vínculo deste trabalho ao Projeto Temático³ que visa analisar, considerando as diferentes formações socioespaciais de cidades brasileiras, como a lógica fragmentária altera o conteúdo da diferenciação e das desigualdades socioespaciais. Dourados compõe uma região com grandes e médias propriedades rurais, e, historicamente, seu processo de consolidação decorre sobretudo da expansão do agronegócio, responsável por tornar a cidade um importante centro urbano de difusão da inovação do setor, com forte presença de multinacionais e expressiva importância de comércios e serviços agrícolas para o contexto regional, o qual, através desse novo modelo produtivo, atraiu um expressivo número de mão de obra especializada, reforçando sua hegemonia e redefinindo seus conteúdos e funções. (CALIXTO, 2011).

Dessa redefinição de funções da cidade, notam-se as novas relações de consumo diferenciado de saúde, lazer, educação e, sobretudo, habitação, de tal forma que se intensificam

² O presente artigo compõe os resultados da pesquisa de Iniciação Científica da autora, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), através do Processo nº 2021/04159-0.

³ Projeto Temático intitulado “Fragmentação Socioespacial e Urbanização Brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos” (FragUrb), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), através do Processo nº 18/07701-8.

os conflitos e as desigualdades no espaço urbano, determinando uma divisão territorial do trabalho que associou uma urbanização extensiva ao processo de segregação socioespacial (SILVA, 2017). Dourados é considerada, para além do seu caráter demográfico, como cidade média, por desempenhar importantes papéis de intermediação dentro de sua rede urbana, no sentido proposto por Sposito (2007), ou seja, cumpre seu papel de apresentar “[...] uma redefinição socioespacial em função das necessidades do campo e da demanda local e regional” (CALIXTO, et.al, 2010: 88).

Em decorrência da determinação agrícola e industrial que Dourados integra em sua rede urbana, chama atenção, nos estudos da Geografia Urbana, a abordagem da questão produção habitacional. Foi apenas na década de 1980 que sua população urbana superou a população rural (IBGE, 2010) e, nesse contexto, ampliam-se as diferenças socioespaciais, aprofundados pela dificuldade de acesso à terra (CALIXTO, 2011).

“A criação de um conjunto de infraestrutura necessária para permitir maior fluidez material (mercadorias e pessoas) e imaterial (informações, conhecimento e capitais financeiros) redefiniu socioespacialmente a região, expressando novos sinais de complexidade na divisão territorial do trabalho, bem como novas formas de produção do espaço regional e urbano” (CALIXTO, 2011: 09)

É nesse sentido que os agentes sociais que produzem o espaço urbano usam de estratégias e ações para lidar com as necessidades urbanas: o Estado, através do Poder Público Municipal, no resguardo do Plano Diretor, aplica, em forma de Leis Complementares, sucessivas alterações do perímetro urbano, expandindo a área urbana e urbanizável.

Na década de 2000 a 2010, o perímetro urbano da cidade passou por sucessivas alterações que pouco alteraram sua área: em 2002, através da Lei nº 2.480, correspondia um total de 73,97km², enquanto em maio de 2010, através da Lei nº 3.376, o perímetro urbano da cidade era delimitado em 81,42km². Nesse momento, a população urbana de Dourados correspondia a 92,3% da população total do município, ou seja, 181.005 habitantes (IBGE, 2010).

Em setembro do ano seguinte, entretanto, uma revogação dessa Lei, proposta pela Lei nº3.480, alterou novamente o perímetro, incrementando em cerca de três vezes a área abrangida por ele, que atingiu 210,82km². Essa expansão do perímetro urbano aconteceu em um ritmo muito mais acelerado, se comparado ao crescimento populacional, o que suscita, numa breve análise, a queda da densidade populacional, mas possibilita a inferência de um processo mais

amplo: a distribuição desigual dos espaços e formas de parcelamento da terra destinadas à habitação.

A insuficiência do Poder Público em lidar com a produção habitacional atribuí, portanto, a outro agente social, desta vez dos promotores imobiliários, através do capital imobiliário-incorporador, a função de orientar vetores de expansão, ao induzir o parcelamento da terra nessas novas áreas urbanizáveis, sobretudo nos anéis externos e periféricos da cidade, e nos considerados vazios urbanos, Em outras palavras, em áreas compostas por terrenos não edificadas ou construídos dentro dos limites urbanos já consolidados da cidade, abriram-se possibilidades de investimentos imobiliários também para as classes mais altas.

Reiteramos que as estratégias dos referidos agentes sociais são entendidas, neste trabalho, em conformidade com Lefebvre (1976, apud CORRÊA, 1993), ou seja, ações de produção e reprodução do espaço urbano são considerados instrumento para viabilizar os propósitos da classe dominante, através da posse e controle do uso da terra urbana, portanto, categoricamente visando o acúmulo do capital e a reprodução das relações de produção. A redefinição da cidade, estudada como a forma, e a urbanização, estudada como processo, questiona o papel do Estado e do viés economicista do direito à cidade e à habitação, enquanto mero acesso à propriedade.

Como resultado, são reveladas as lógicas fragmentárias na cidade, reforçadas pelo processo de dispersão urbana, uma vez que “[...] não depende necessariamente do crescimento da população, mas da densidade urbana e das formas de ocupação do solo no aglomerado” (CHATEL; SPOSITO, 2015: 131).

METODOLOGIA

Este texto tem caráter de contribuição empírica em um estudo teórico. Desse modo, a metodologia de pesquisa é orientada em três etapas: primeiro, o levantamento bibliográfico, buscando as principais contribuições em repositórios de literatura nacional e estrangeira sobre os temas e conceitos que regem a presente pesquisa sobre produção do espaço urbano, com base no livro *O Espaço Urbano*, de Roberto Lobato Corrêa, além de Marcelo Lopes de Souza (2006) e Milton Santos (1990). Para trabalhar com os conceitos de dispersão urbana, utilizamos dos artigos de Adriano Botelho (2013), que embasa o debate da urbanização planetária. O conceito



de processo da fragmentação socioespacial decorre da articulação dos textos de Prévot Schapira (2001), Legroux (2021) e outros.

Num segundo momento, foi realizado o levantamento de dados sobre a expansão urbana de Dourados, pesquisando Ementas, Decretos e Leis Complementares que tratavam sobre a expansão do perímetro urbano. Para isso, aprofundamo-nos no *site* oficial da Prefeitura de Dourados, a partir das divulgações diárias do Diário Oficial, refinando as pesquisas. O Plano Diretor de Dourados, bem como a Lei de Uso e Ocupação do Solo foi utilizado para reforçar o que se refere ao zoneamento e adensamento urbano.

Também foi realizado um trabalho de campo para identificação da área e nossa aproximação do espaço estudado, percorrendo os anéis periféricos decorrentes da expansão urbana e os novos espaços residenciais fechados. Por fim, a etapa de síntese, possibilitada por técnicas de geoprocessamento, consiste na representação espacial das informações, através da utilização do *Software* Livre QGis, na versão 3.26.3.

REFERENCIAL TEÓRICO

“A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, realocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. É preciso considerar, entretanto que, a cada transformação do espaço urbano, este se mantém simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, ainda que as formas espaciais e suas funções tenham mudado.” (CORRÊA, 1993: 11)

A demanda habitacional é experienciada de maneira diferente e desigual pelos distintos extratos sociais. Para as classes menos abastadas o direito à casa própria e o acesso à propriedade privada é atendido através da implantação de conjuntos habitacionais, loteamentos populares e assentamentos urbanos, com recursos públicos, por vezes em parcerias público-privadas, orientados para maximizar os lucros e, portanto, priorizar a quantidade à qualidade da habitação, marcam novas redefinições de conteúdos socioeconômicos e políticos por meio de implantações voltadas à elite e segmentos médios, localizadas em áreas de expansão do anel externo do tecido urbano, através de diferentes formas de apropriação e produção desses espaços urbanos – o papel do consumo é posto no aumento dos interesses imobiliários nesses mesmos espaços, amplificando as dinâmicas de segregação socioespacial e da própria relação centro-periferia (MILANOVIC, 2017 [2016]).

A gestão e o planejamento urbano no contexto neoliberal, no que tange à elaboração de políticas públicas, são conduzidas por intenções, uma vez que os agentes hegemônicos que produzem o espaço urbano são majoritariamente os que detêm o poder do capital e, portanto, se orientam para sua manutenção (MARICATO, 1997; SOUZA, 2006). Ainda em *O Espaço Urbano*:

“Quem são estes agentes sociais que fazem e refazem a cidade? Que estratégias e ações concretas desempenham no processo de fazer e refazer a cidade? Estes agentes são os seguintes: (a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; (b) os proprietários fundiários; (c) os promotores imobiliários; (d) o Estado; e (e) os grupos sociais excluídos.” (p.12)

O terceiro grupo, dos promotores imobiliários, é formado por agentes que operam a promoção imobiliária, da incorporação, financiamento à comercialização do imóvel ou empreendimento. Compreendem desde firmas incorporadoras especializadas, ao pequeno proprietário-construtor. A gênese do grupo consiste na “transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, agora acrescido de lucro” (p. 20), portanto, o interesse primeiro não consiste em produzir habitações populares, uma vez que a sociedade capitalista busca maximizar os lucros. Essa condição só é rentável quando se aliam com apoio do quarto grupo, o Estado, por meio do poder público, agente que atua na organização espacial da cidade, responsável por garantir os meios de consumo coletivo, mas não só, como também regulador e reorganizador do espaço por meio de aplicação de tributos, investimentos, operações e controle sobre o espaço urbano. Ainda que pareça, este não é um agente neutro, uma vez que pode operar em conjunto com o terceiro grupo através da viabilização da produção habitacional da demanda não-soldável fomentando facilidade de acesso ao crédito, por exemplo.

A reestruturação que marca a urbanização latino-americana deve ser contextualizada espaço-temporalmente: tem sido observada a partir da segunda metade do século XX (PRÉVÔT-SCHAPIRA, 2001; SPOSITO, 2019b), especialmente nas cidades médias brasileiras, estudada através da complexificação da estrutura espacial das cidades.

A passagem que marca a crise do regime fordista para a economia de acumulação flexível reconfigura o espaço urbano com novas formas de segregação de tal forma que a análise da cidade unicamente pela perspectiva centro-periferia se torna incompleta (SANTOS, 1990), uma vez que tais lógicas pretéritas se reconfiguram e se sobrepõem a novas lógicas, apontando para a fragmentação socioespacial.

Monclús (1998) adverte que a sociedade presencia a passagem da cidade compacta para uma cidade dispersa e fragmentada. Ainda que o autor se refira, em seu texto, à realidade do Norte global, é possível observar, na realidade latino-americana, a tendência de deslocamento das classes médias para novas residências nos anéis periféricos das cidades. A fragmentação, portanto, se apresenta como uma nova lógica que intensifica e complexifica os processos de segregação (LEGROUX, 2021), na coabitação de diferentes estratos sociais em um mesmo espaço geográfico, implicando na conformação de diferenciações socioespaciais ora simbólicas, marcadas pelas redefinições das práticas nos espaços públicos, ora materiais, como Caldeira (2000) entende por enclaves fortificados a construção de muros e implantação de sistema de segurança para delimitar e proteger esses novos espaços residenciais. A adjetivamos com dupla dimensão e determinação (SPOSITO e GÓES, 2013), social e espacial, por se apresentar numa cidade com desconexões físicas e descontinuidades morfológicas, replicações comunitárias e lógicas excludentes (PRÉVÔT-SCHAPIRA, 2001: 34-35), acrescentando também a dimensão política, marcada pela “autonomização de dispositivos de gestão e regulação urbana”. Já explicitado, mas reforçamos em Sposito e Sposito (2020), que a fragmentação não substitui ou elimina a segregação, mas a sucede como fato histórico nas cidades e a contém.

A segregação socioespacial, segundo Botelho (2012), associa-se ao fenômeno da dispersão do tecido urbano e explica, ainda que em partes, as mudanças das formas urbanas, na escala última da acumulação do capital, experienciado nos setores de comércio, serviços, emprego e moradia, etc.:

“A dispersão urbana pode ser caracterizada, segundo pesquisa coordenada por Reis e Tanaka (2007; 2009): a) pelo espaçamento dos tecidos urbanos dos principais centros; b) pela formação de constelações ou nebulosas de núcleos urbanos de diferentes dimensões, integrados em uma área metropolitana ou em um conjunto ou sistema de áreas metropolitanas; c) pela transformação de um sistema de vias de transporte diário inter-regional, ferroviário e rodoviário, em apoio ao transporte diário intrametropolitano de passageiros; d) pela adoção de modos metropolitano de consumo, também este disperso pela área metropolitana ou sistema de áreas metropolitanas.” (p. 306)

Essa tendência de espraiamento do tecido urbano marca um novo modelo de assentamento humano disperso e descontínuo (SPOSITO, GÓES, 2013). A expansão territorial urbana modifica a forma e o conteúdo da cidade, tornando mais ou menos complexos as relações e as diferenciações socioespaciais: representa a queda da densidade ocupacional

urbana, implica numa maior necessidade de acesso à mobilidade, orientam vetores de urbanização e valorização e redefinições de sentidos aos novos anéis periféricos e, ainda, uma constante transformação no uso e função do solo rural em urbano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A articulação de interesses que resulta na produção de novos *habitats* nas áreas de expansão territorial urbana é orientada pela atuação conjunta dos poderes do Estado e de promotores imobiliários. Sob a justificativa do planejamento e desenvolvimento urbano, orientados pela prática neoliberal, buscam formas de minimizar os custos da produção de habitação de interesse social, de um lado, e a atração de investidores privados que dinamizam a produção habitacional para atender a demanda das classes mais altas.

Essa atuação é observada em Dourados em dois momentos: primeiro, pelo Poder Público Municipal, em sucessivas modificações de Leis que ampliam o perímetro urbano e alteram a Lei de Uso e Ocupação do Solo: na primeira, demonstrada na Tabela 1 é possível de se visualizar no Mapa 1, é notória a expansão em direção a oeste do município, aproximando infraestruturas e serviços como o Aeroporto Regional e a Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, à cidade, e integrando novos vazios urbanos. Dessa forma, criam-se vetores de investimentos que podem servir de atração para grupos privados atuarem na produção e especulação imobiliária. Na segunda, especialmente pela Lei Complementar nº 205/2012, reduzindo áreas mínimas de lotes destinados à habitação social pública (CALIXTO, 2021)

Tabela 1 – Evolução do perímetro urbano em Dourados/MS, de 2007 até o mais recente.

Data de publicação	Lei	Perímetro urbano (em km²)
28/06/2007	2.969/2007	76,149
15/09/2008	3.163/2008	75,073
22/04/2009	3.258/2009	76,048
16/07/2009	3.286/2009	76,855
25/09/2009	3.302/2009	76,901
28/12/2009	3.331/2009	77,25
16/04/2010	3.363/2010	77,28
17/05/2010	3.376/2010	81,42
30/09/2011	3.480/2011	210,826
24/11/2014	3.844/2014	215,785
01/10/2015	3.929/2015	216,549

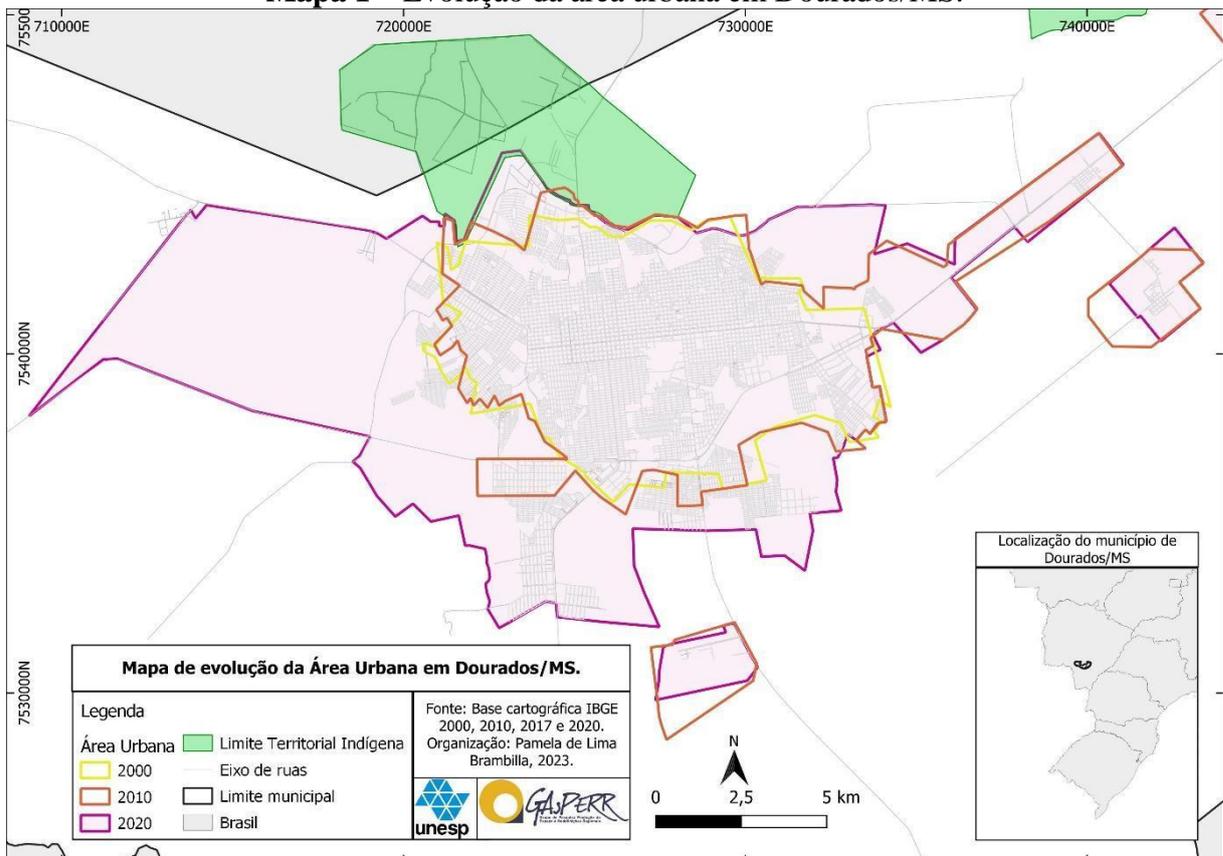


Fonte: Diário Oficial de Dourados/MS

Organização: Brambilla (2023)

Na existência de impedimentos físicos para expansão territorial urbana e para acumulação capitalista, são construídas infraestruturas urbanas, como o Anel Viário Norte, que, além de servir como uma nova alça de acesso aliviando a BR-162, Avenida Marcelino Pires, que cruza o centro da cidade. Trata-se de uma via de passagem de caminhões e constante congestionamento, que funcionou como uma alça para novos investimentos e implantações de espaços residenciais fechados, mas principalmente como uma barreira física frente ao avanço da Área de Retomada Indígena, dos grupos Guarani Kaiowá, que inicia seu território logo em seguida, revelando uma nova face da disputa pela ocupação e posse da terra.

Mapa 1 – Evolução da área urbana em Dourados/MS.



Fonte: Base cartográfica IBGE 2000, 2010, 2017 e 2020.

Organização: Brambilla, 2023.

Observamos, portanto, o segundo momento da produção do espaço urbano em Dourados, desta vez produzido por grupos de incorporadores imobiliários, cuja lógica segue a

da reprodução do capital: nos últimos quinze anos, seis incorporadoras foram responsáveis pela construção e implantação de onze novos empreendimentos residenciais horizontais fechados⁴. Dentre elas, destaque para a Corpal Incorporadora e Construtora, empresa local com empreendimentos em quatro estados brasileiros (Mato Grosso, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná), responsável por seis destes empreendimentos, e Protenge Urbanismo Ltda., também de alto padrão, com o conceito “Residence & Resort”, paranaense e presente em cinco estados brasileiros (Goiás, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina), responsável por três. Ao todo, esses empreendimentos somam mais de três mil lotes para construção de residências unifamiliares horizontais.

De acordo com os dados divulgados pelo Censo Demográfico de 2010, é maior a parcela de população residente nas áreas norte e sudoeste da cidade. Entretanto, essa distribuição populacional em domicílios particulares, além de se dar de maneira desigual, não está diretamente relacionada com a distribuição econômica da população – as classes médias e mais altas se localizam sobretudo nas porções norte e noroeste da cidade, acompanhando, portanto, os vetores de valorização.

Tabela 1 – Comparação entre crescimento populacional e expansão urbana em Dourados/MS.

Ano	População total	População urbana	Taxa de urbanização	Projeto de Lei	Perímetro Urbano	Densidade urbano-demográfica
2000	164.949	149.679	90,89%	2480/2002	73,97 km ²	2.203,50 hab./km ²
				3.363/2009	77,28 km ²	1.936,84 hab./km ²
2010	196.068	181.005	92,30%	3.376/2010	81,42 km ²	2.223,10 hab./km ²
				3.480/2011	210,826 km ²	858,55 hab./km ²
2022	261.019*	-	-	3.929/2015	216,549 km ²	835,86 hab./km ²

*Prévia divulgada pelo Censo Demográfico de 2022 até dia 25 de dezembro de 2022

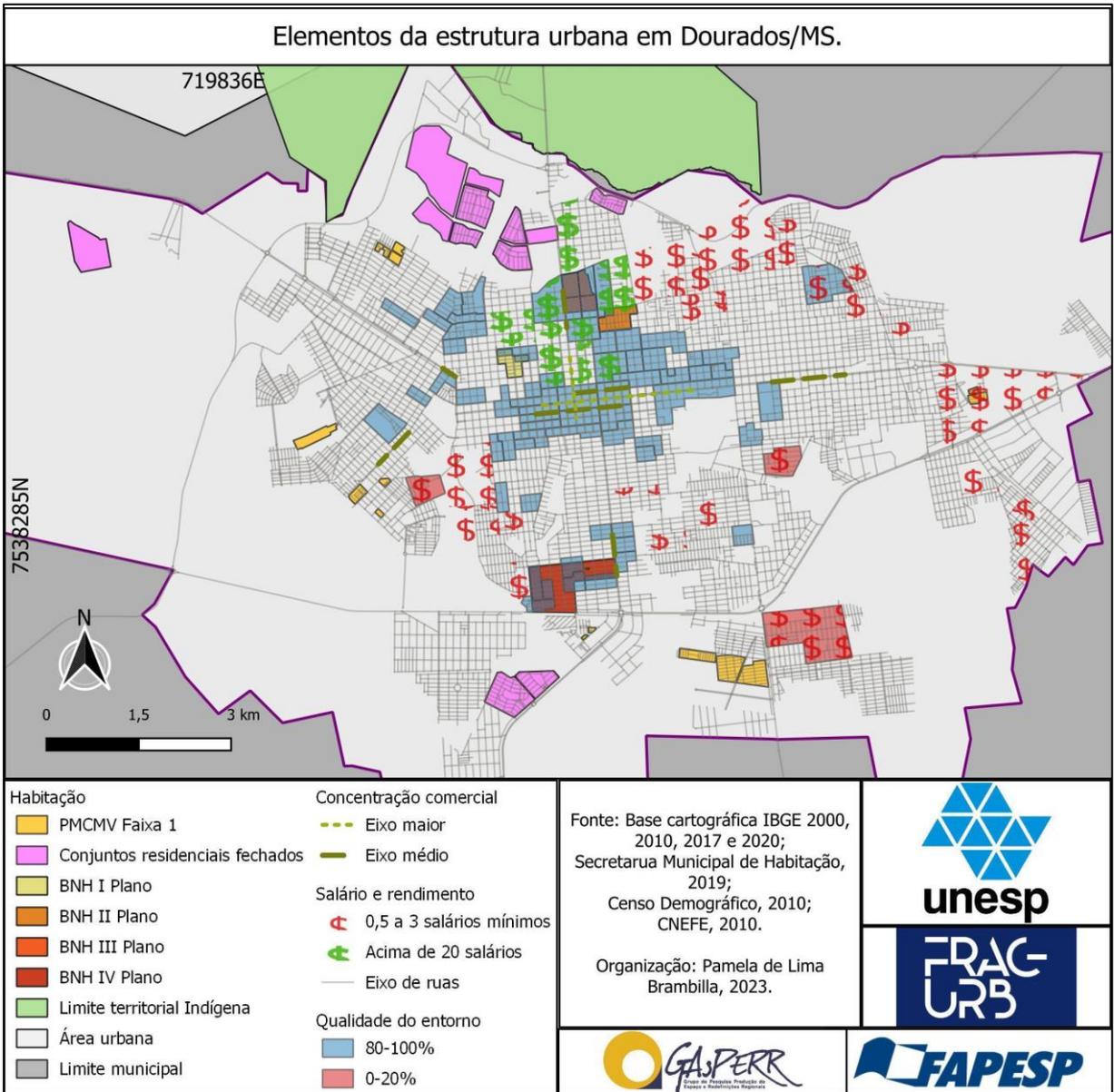
Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, 2010 e 2022; Câmara Municipal de Dourados.

Elaboração: Brambilla, 2023

⁴ Fonte: Bernadelli, Calixto (2015), complementado por Calixto (2020) e Brambilla (2023, no prelo).

Essas construções reforçam o argumento anterior, de tendência neoliberal orientando o processo de produção do espaço urbano que indica o papel primordial do consumo na produção da habitação, que rege os interesses do capital imobiliário para a produção de espaços residenciais fechados nessas novas periferias geométricas voltadas para as classes sociais mais abastadas, necessitando de reforçar suas diferenciações socioespaciais: uma vez que esses sujeitos passam a residir nos novos arcos periféricos, ou nos vazios urbanos, para se diferenciarem do estigma que esses espaços representam, resguardam-se em símbolos de diferenciação, através da construção de muros que os separem fisicamente do restante do bairro, além da implementação de sistemas de segurança e vigilância, reforçando os processos de segregação socioespacial e autosegregação.

Mapa 2 – Elementos da estrutura urbana de Dourados/MS



Fonte: Censo Demográfico, 2010, CNEFE, 2010; Secretaria Municipal de Habitação, 2019.
Organização: Brambilla, 2023

A desenfreada expansão urbana redefine os sentidos atribuídos às novas áreas de expansão para além de seus conteúdos simbólicos e socioeconômicos, pautando-se em diferentes formas de produção e apropriação dos espaços urbanos para os diferentes segmentos sociais que se apropriarão dela (MILANOVIC, 2017).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos estudos do processo de expansão – ou espraiamento – do tecido urbano privilegiamos, para além da forma, os agentes produtores do espaço e as especificidades de cada formação socioeconômica, tão importantes para a conceituação tipológica deste movimento (CHATEL, SPOSITO 2015).

Reforçamos em Pereira (2004), a lógica geral da produção das cidades contemporâneas se dá sob o regime de acumulação capitalista, apresentando crescimentos descontínuos, com expansão vertical e horizontal, vazios urbanos, multiplicação de áreas centrais e constituição de subcentros e vias especializadas, além da desigual distribuição de equipamentos comerciais, serviços, infraestruturas e equipamentos urbanos, enfim, resultam e revelam uma configuração espacial desigual.

É intencional e articulada a atuação hegemônica dos agentes econômicos e dos atores sociais na produção e reprodução do espaço urbano. Em Dourados, a orientação difusa da expansão urbana, através de valorizações e investimentos imobiliários voltados para as classes sociais mais altas nos setores norte e noroeste da cidade produz uma nova periferia geométrica que induz uma reestruturação urbana apontando para a lógica fractal, ao reduzir as distâncias entre as áreas residenciais dos grupos de diferentes estratos sociais, conduzindo processos de segregação das classes mais pobres e autosegregação das classes médias e altas.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, A. Capital volátil, cidade dispersa, espaço segregado: algumas notas sobre a dinâmica do urbano contemporâneo. **Caderno Metrópole.**, São Paulo, v. 14, n. 28, pp. 297-315, jul./dez 2012.

CALDEIRA, T. P. Do R. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, **Ed. 34/Edusp**, 2000.

CALIXTO, M. J. M. (Org.) Análise dos agentes econômicos e da reestruturação urbana e regional em Dourados, uma cidade média do estado de Mato Grosso do Sul. (**Relatório ReCiMe**). Dourados-MS: UFGD, 2010.

_____. Os papéis regionais de Dourados/MS no Brasil e a dinâmica socioespacial urbana. **Revista Geografica de América Central** (Online), v. 2, 2011.

_____. Da lógica centro-periferia à lógica socioespacial fragmentária em uma cidade média. **Mercator**, Fortaleza, v.20, e020028, 2021.

CORRÊA, R. L. O espaço urbano. São Paulo: **Ática**, 1993.

CHATEL, C.; SPOSITO, M. E. B. Forma e expansão urbanas no Brasil: fatos e hipóteses. Primeiros resultados do banco de dados BRASÍpolis. In: Urbanização Difusa. **Revista Cidades**, vol. 12, nº 21, 2015.

CHORLEY, R; ARGETT, P. La Geografía y los modelos socio-económicos. Instituto de Estudios de Administración local. **Colección Nuevo Urbanismo**. Madrid, 1971.

D'ANDREA, T. P. De uma nova subjetividade ao sujeito periférico. In.: _____. A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo. 2013. **Tese** (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 132-179, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2012.

LEGROUX, J. A lógica urbana fragmentária: delimitar o conceito de fragmentação socioespacial. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia-MG, vol. 22, nº 81, janeiro/2021.

LINDON, A.; MENDONZA, C. Miradas alephianas de la periferia metropolitana. In: _____. La periferia metropolitana. Entre la ciudad prometida y un lugar para habitar la ciudad de México. Barcelona: **Editorial Gedisa**, S.A, p. 29-56, 2015.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, M. F. Fragmentación espacial y social: conceptos e realidades. **Perfiles Latinoamericanos**, n.19, dez. 2001.

MARICATO, E. Reforma urbana: limites e possibilidades. Uma trajetória incompleta. In: RIBEIRO, L. C de Q; SANTOS JUNIOR, O. A. dos (Org.). Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 1997.

MONCLÚS, F. J. Suburbanización y nuevas periferias. Perspectivas geográfico-urbanísticas. In: _____. La ciudad dispersa. Suburbanización y nuevas periferias. Barcelona: **CCCB**, 1998.

MILANOVIC, B. A desigualdade no mundo. Uma abordagem para a era da globalização. Lisboa: **Conjuntura Actual Editora**, 2017 [2016].

SILVA, M. C. T. Dourados-MS: Expansão Urbana Extensiva e Impactos Socioambientais. In: Walter Guedes da Silva e Paulo Fernando Jurado da Silva (Org.). Mato



Grosso do Sul no início do século XXI: Integração e desenvolvimento urbano regional - volume 2, **Life Editora**, 2017.

SANTOS, M. Metrópole Corporativa e fragmentada: O caso de São Paulo. São Paulo: **Nobel**, Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

SOUZA, M. L. de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 2006.

SOUZA DA CRUZ, T.; LEGROUX, J. Estigma territorial e diferenciações socioespaciais da/na periferia: o caso do Pimentas (Guarulhos-SP). **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 59, p. 396–435, 2023.

SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B. Fragmentação socioespacial. **Mercator**, Fortaleza, v. 19, e19015, 2020.

SPOSITO, M. E. B. (Org.) Cidades médias: espaços em transição. 1ª Ed. São Paulo: **Expressão Popular**, 2007.

_____.; GÓES, E. M. Espaços fechados e cidades. Insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: **Editora da UNESP**, 2013.

_____. Fragmentação, fragmentações. In: **Anais do Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Vitória, 2019b.

PEREIRA, G. Novas perspectivas para gestão das cidades: Estatuto da Cidade e Mercado Imobiliário. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 9, **Editora UFPR**, jan./jun. 2004.